

Figueiredo assume comando

Marizete Mundin
e M^a Inês Nassif

da renegociação da dívida

Brasília — “O Presidente Figueiredo assumirá o comando da renegociação da dívida externa brasileira”, revelou ontem o vice-líder do PDS, Deputado Edson Lobão, que disse ter ouvido a informação, no início da semana passada, de Ministros da área econômica que se encontraram com o Presidente na Granja do Torto, antes que ele reassumisse a Presidência (na sexta-feira). A informação foi confirmada por um Ministro de Estado.

Na prática, segundo Lobão, isso significa que, de agora em diante, caberá ao Presidente “assinar as cartas que se fizerem necessárias aos credores, dar telefonemas e escolher os emissários para as reuniões no exterior, que não serão, necessariamente, os atuais gestores da dívida” (os Ministros do Planejamento e da Fazenda (Delfim Neto e Ernane Galvêas, e o presidente do Banco Central, Carlos Langoni).

O Ministro de Estado, que disse ter participado das reuniões que estabeleceram a nova tática de renegociação a ser implementada pelo Presidente, informou que a idéia é tratar de 50% da dívida global diretamente de governo a governo e manter conversações com bancos privados para decidir, apenas, a outra metade da dívida. Esta, também, foi a informação que chegou à liderança do PDS, segundo informou Edson Lobão.

Cacife

O cacife do Governo nesta nova fase de negociação, segundo o Ministro, é que a dívida brasileira de 1979 até hoje cresceu 46 bilhões de dólares (passando de 47 para 93 bilhões de dólares) em consequência exclusivamente da alta das taxas de juros no mercado internacional e da deteriorização nas relações de troca. A análise coincide com informação do Senador Marcondes Gadelha (PDS-PB).

Segundo ele, um outro Ministro de Estado lhe revelou que a negociação governo a governo já tem a concordância do Presidente Figueiredo e terá, necessariamente, que passar por um condicionamento dos débitos brasileiros às receitas que o país conseguir angariar com suas exportações. “A balança comercial terá que ser colocada na mesa de negociação com os credores”, assegurou o Senador.

A mudança de tática não implicará no rompimento com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Até porque, como lembrou o Deputado Edson Lobão, a “negociação governo a governo não esgota o problema da dívida, resolverá apenas o reescalonamento de metade dos débitos”. Portanto, no entender do deputado, bem como do Ministro, continuarão as gestões com o FMI e outras instituições credoras (BIS — Banco Internacional de Compensações — e bancos privados).

O Ministro lembrou que o FMI é composto de vários países credores e que, mesmo negociando de governo a governo, sua auditoria é exigida para o fechamento de qualquer negócio.

Um ponto fundamental para o sucesso dessa nova etapa de negociação, segundo as fontes ouvidas, é restabelecer a credibilidade da equipe econômica do Governo. “O Governo, para ter poder de barganha, precisa dar mostras de boa vontade e disposição do povo brasileiro para enfrentar a crise. E nisto, tornam-se essenciais os cortes nos gastos públicos e nos salários”, assegurou Marcondes Gadelha, para justificar a manutenção do Decreto-Lei 2045 (que reduziu para 80% do INPC os reajustes semestrais dos salários).

O Ministro de Estado concorda pelo menos em um ponto com o Senador: o sucesso dessa nova etapa de negociação está irremediavelmente condicionado ao combate à inflação. A negociação não será feita se não houver uma clara manifestação do Governo de que os níveis inflacionários serão cadentes, disse ele.

Segundo um Ministro de Estado a idéia de mudar a tática da renegociação começou a germinar no Governo, quando o Presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, em visita ao Brasil e depois de conversar diretamente com Figueiredo, resolveu liberar um **bridge-loan** (empréstimo ponte) de 1 bilhão de dólares do Tesouro americano.

A partir de então, informou o Ministro, essa tese passou a ser defendida dentro do Governo pelo chamado “grupo palaciano” — com destaque, para os Ministros Leitão de Abreu, Rubem Ludwig e Danilo Venturini — e pelos Ministros Hélio Beltrão e Camilo Penna, contra o pensamento dos três gestores da dívida — Delfim Neto, Ernane Galvêas e o presidente do Banco Central, Carlos Langoni.

Com os desacertos nas negociações com o FMI — que até hoje não liberou seus créditos ao país — a idéia foi amadurecendo. Em julho, o banqueiro Walter Moreira Salles (Unibanco) visitou o Presidente Figueiredo em Cleveland (EUA) — onde fora se submeter a uma cirurgia cardíaca — e dele ouviu a confissão de que estavam em andamento mudanças na condução das negociações da dívida. De volta ao país, Moreira Salles almoçou como o então Presidente interino, Aureliano Chaves, e lhe contou sua conversa com Figueiredo. Desde então, várias reuniões se processaram para entregar ao Presidente, quando ele reassumisse, detalhada argumentação de defesa da renegociação governo a governo, concluiu o Ministro de Estado.